



**Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco**

**GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA**

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640  
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

**PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL  
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO Nº 0312486-7  
EMBARGANTE: COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO-CELPE  
EMBARGADO: ANA CLÁUDIA LAURINDA  
RELATOR: DES. ROBERTO DA SILVA MAIA**

**EMENTA:** PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PREQUESTIONAMENTO. VIOLAÇÃO ART 535 DO CPC. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. REEXAME DA MATÉRIA DECIDIDA. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS REJEITADOS. DECISÃO UNÂNIME.  
1. Os Embargos de Declaração possuem pressupostos específicos relacionados no art. 535 do CPC, sendo inviáveis quando inexistente qualquer dos vícios ali previstos, capazes de macular a decisão proferida.  
2. Inexistindo as omissões apontadas pela embargante, tendo em vista que foi devidamente fundamentada a decisão, não merece ser acolhido o recurso de embargos declaratórios.  
3. Embargos rejeitados. Decisão unânime.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, ACORDAM os Desembargadores da Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em REJEITAR os Embargos de Declaração, na conformidade do voto do relator, constante das inclusas notas taquigráficas.

Recife, 10 de junho de 2014.

  
**Roberto da Silva Maia**  
Desembargador Relator



**Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco**

**GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA**

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640  
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

**PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL  
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO Nº 0312486-7  
EMBARGANTE: COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO-CELPE  
EMBARGADO: ANA CLÁUDIA LAURINDA  
RELATOR: DES. ROBERTO DA SILVA MAIA**

**RELATÓRIO**

Tratam-se de Embargos de Declaração opostos contra acórdão proferido por esta Egrégia Primeira Câmara Cível, em sede de Apelação.

Aduz a embargante que esta douta Câmara Julgadora não declarou expressamente prequestionados os dispositivos legais elencados como substrato das questões legais/constitucionais arguidas pela recorrente, alegando que, para efeito de prequestionamento, os Tribunais Superiores exigem, expressamente, que a matéria *sub judice* seja apreciada de forma colegiada pela Câmara Competente.

Ao final, requer que sejam recebidos e acolhidos os presentes Embargos Declaratórios, buscando a reforma da decisão recorrida, a fim de serem sanadas as omissões apontadas, bem como para que essa egrégia Corte Estadual se manifeste expressamente quanto à incidência dos seguintes dispositivos constitucionais e legais: art. 2º e art. 5º, II, V e X da Constituição Federal; arts. 286, 333, I, 412, 461, 535, 644 e 645 do CPC; arts. 186, 188, I, 884, 886, 927, 944 do Código Civil; art. 3º, XIX e 17 da Lei 9.427/96; art. 6º, § 3º, I e II, art. 10 da Lei 8.987/95, arts. 22 e 42 do CDC, arts. 72, 91, 95 e 105 da Resolução 456/2000.

É o que importa relatar.

Recife, 10 de junho de 2014.

  
**Roberto da Silva Maia**  
Desembargador Relator



**Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco**

**GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA**

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640  
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

**PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL**

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO Nº 0312486-7**

**EMBARGANTE: COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO-CELPE**

**EMBARGADO: ANA CLÁUDIA LAURINDA**

**RELATOR: DES. ROBERTO DA SILVA MAIA**

**VOTO**

Compulsando os autos, verifico que a alegação de omissão não merece prosperar.

É que na decisão embargada houve a apreciação da questão litigiosa, de acordo com o que se reputou concernente ao conflito, de modo que a matéria já foi decidida e suficientemente fundamentada.

Em verdade, cinge-se a embargante a discutir a sua tese, afirmando que o órgão julgador, ao exarar o acórdão, foi omissos quanto ao pronunciamento sobre questões relevantes suscitadas pela apelante, deixando de analisar pormenorizadamente argumentos amparados por dispositivos constitucionais e infraconstitucionais, pretendendo, assim, através desta via modificar decisão que só pode agora ser guerreada por recurso próprio, não por via de Embargos de Declaração.

Dessa forma, não configuradas quaisquer das hipóteses descritas no art. 535 do Código de Processo Civil, é inviável a pretensão de prequestionamento.

Este é o entendimento pacífico no STJ, como a seguir é ilustrado:

EMBARGOS DECLARATÓRIOS. OMISSÕES. AUSÊNCIA.  
PREQUESTIONAMENTO. INVIABILIDADE.

I- Releva ressaltar que a omissão no julgado que desafia os declaratórios é aquela referente às questões, de fato ou de direito, trazidas à apreciação do magistrado, e não à referente aos argumentos e às teses das partes, que poderão ser rechaçados implicitamente.

II - Esta c. Corte já tem entendimento pacífico de que os embargos declaratórios, mesmo para fins de prequestionamento, só serão admissíveis se a decisão embargada ostentar algum dos vícios que



**Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco**

**GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA**

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640  
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

ensejariam o seu manejo (omissão, obscuridade ou contradição).  
Embargos declaratórios rejeitados.

(STJ - 723962 DF 2005/0021952-2, Relator: Ministro FELIX FISCHER,  
Data de Julgamento: 02/08/2006, T5 - QUINTA TURMA, Data de  
Publicação: DJ 02.10.2006 p. 300).

Assim, como a decisão embargada está devidamente fundamentada não existe a omissão apontada, não cabendo, assim, a pretensão de prequestionamento da matéria já debatida.

Ademais, a ausência de referência expressa aos dispositivos legais citados pela parte não configura omissão, pois o julgador não é obrigado a examinar todos os argumentos deduzidos pelas partes, nem, tampouco, manifestar-se expressamente acerca de cada dispositivo por elas articulado. A ele está incumbida a obrigação de, convicto de sua decisão, indicar os elementos aferidos no processo e os fundamentos jurídicos que formaram seu convencimento. Senão vejamos:

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. EXPEDIÇÃO DE MANDADO DE PENHORA. SALDO REMANESCENTE DO DÉBITO. CONTEÚDO DECISÓRIO. GRAVAME À EXECUTADA. RECORRIBILIDADE. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. AFASTAMENTO. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA Nº 211/STJ.

I - Incabíveis embargos de declaração, por omissão ou contradição, quando realizada a prestação jurisdicional invocada, haja vista não ser o julgador obrigado a rebater um a um todos os argumentos trazidos pelas partes, visando à defesa da teoria que apresentaram, podendo decidir a controvérsia observando as questões relevantes e imprescindíveis à sua resolução, sendo certo que apreciou a questão relativa à natureza jurídica do decisum atacado por meio do agravo de instrumento.

(...)

(STJ - 511922 DF 2003/0030933-4, Relator: Ministro FRANCISCO FALCÃO, Data de Julgamento: 25/04/2005, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJ 30.05.2005 p. 215)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DO NÚMERO DE REFERÊNCIA NA GUIA DE PORTE DE REMESSA E RETORNO DOS AUTOS. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. VÍCIO INEXISTENTE. PREQUESTIONAMENTO DE DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. IMPOSSIBILIDADE.



**Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco**

**GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA**

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640  
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

1. Os embargos de declaração não se prestam ao inconformismo das partes, que repisam os argumentos anteriormente levantados e não acolhidos, circunstância que não indica a existência de omissão, contradição ou obscuridade no *decisum*, e nem mesmo a existência de erro material.
2. O magistrado não está obrigado rebater um a um, os argumentos aduzidos pelas partes, bastando expor as razões de fato e direito que o conduziram ao seu convencimento.
3. (...)
4. Não se viabiliza por meio de embargos de declaração, o prequestionamento explícito de dispositivos constitucionais para a abertura da via extraordinária, sob o risco de incorrer em usurpação da competência confiada por excelência ao Supremo Tribunal Federal.
5. Embargos declaratórios rejeitados. REsp 924.942/SP  
(STJ - 956763 RJ 2007/0199919-7, Relator: Ministro VASCO DELLA GIUSTINA (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/RS), Data de Julgamento: 06/04/2010, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 14/04/2010)

Em sendo assim, configurada de forma evidente a inexistência da alegada omissão, rejeito os presentes embargos de declaração

É como voto.

Recife, 10 de fevereiro de 2014.

  
**Roberto da Silva Maia**  
Desembargador Relator